

Cómo citar este artículo:

Scheffer, G., Da Silva-Apolinario, K., Vieira-De Oliveira, A., Soares, D. L., Gomes-Ribeiro, L., Abreu-Pires, L. (2025). Serviço Social Na Travessia Das Lutas Democráticas De 1960 A 1980: Erosão, Disputas E Tendências Da Formação Profissional Na Fss-Uerj. *Revista Eleuthera*, 27(1), 75-95. <http://doi.org/10.17151/eleu.2025.27.1.5>

Serviço Social Na Travessia Das Lutas Democráticas De 1960 A 1980: Erosão, Disputas E Tendências Da Formação Profissional Na Fss-Uerj

ELEUTHERA

El Trabajo Social En El Cruce De Luchas Democráticas De 1960 A 1980: Erosión, Disputas Y Tendencias En La Formación Profesional En La Fss-Uerj

GRAZIELA SCHEFFER*

KARLA DA SILVA APOLINARIO**

ANDRESSA VIEIRA DE OLIVEIRA***

DANDARA LUIZA SOARES****

LAYENNE GOMES RIBEIRO*****


LAVÍNIA ABREU PIRES*****

Resumo


O artigo é resultado de uma pesquisa documental que teve como base a catalogação de 266 materiais, cujo recorte analítico incidiu na análise qualitativa de 33 materiais na linha temporal de 1960 até 1985, tratando as disciplinas de Sociologia, Desenvolvimento e Organização de Comunidade; currículos; e os materiais produzidos pelo movimento estudantil. O objetivo do estudo foi identificar as expressões das lutas democráticas¹ no âmbito da formação profissional com ênfase na dinâmica institucional e particularidades da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Rio de Janeiro (FSSUERJ), visando identificar os processos de erosão do serviço social tradicional, as disputas e as tendências da formação profissional no período estudado.

Palavras-chaves: memória, lutas democráticas, ditadura, erosão do conservadorismo, formação profissional.


* Doutora em Serviço Social (UFRJ); Professora Associada da Faculdade de Serviço, UERJ, Rio de Janeiro, Brasil, graziela.uerj@gmail.com.

 orcid.org/0000-0003-1921-0879 **Google Scholar**


**Estudante de Mestrado em Serviço Social, UERJ; Rio de Janeiro, Brasil; apolinario.karla@posgraduacao.uerj.br.

 orcid.org/0009-0004-4413-9159 **ResearchGate**


***Estudante de Graduação em Serviço Social; UERJ, Rio de Janeiro, Brasil, andressav95@gmail.com.

 orcid.org/0009-0009-2793-9476 **ResearchGate**


****Estudante de Graduação em Serviço Social; UERJ, Rio de Janeiro, Brasil, dandara.soares@gmail.com.

 orcid.org/0009-0005-3981-2385 **ResearchGate**

*****Estudante de Graduação em Serviço Social; UERJ, Rio de Janeiro, Brasil, layennegribeiro@gmail.com.

 orcid.org/0009-0002-5025-8512 **ResearchGate**

*****Estudante de Graduação em Serviço Social; UERJ; Rio de Janeiro, Brasil; laviniapires.uerj@gmail.com.

 orcid.org/0009-0009-4358-0563 **ResearchGate**

¹ Entendemos as lutas democráticas (...) aqui como a constante atualização das lutas dos subalternos pela democratização permanente, isto é, pela realização das aspirações de liberdade e igualdade na condução da vida social. As lutas democratizantes e suas experiências concretas jamais se circunscrevem apenas à forma de governo: referem-se ao conjunto das relações sociais nas quais emergem. Elas tendem a questionar o controle dos meios sociais de produção e, sob o capitalismo, evidenciam a distância crescente entre a socialização da produção e o controle privado *do capital* sobre os meios de existência. (Fontes, 2006, p.p 29-30).



rev. eleuthera. Vol. 27 n.º 1, enero-junio 2025, 75-95

Recibido: 29 de marzo de 2024. Aprobado: 14 de agosto de 2024

ISSN: 2011-4532 (Impreso) ISSN: 2463-1469 (En línea)

<http://doi.org/10.17151/eleu.2025.27.1.5>

Resumen

El artículo es resultado de una investigación documental basada en la catalogación de 266 materiales, cuyo enfoque analítico se centró en el análisis cualitativo de 33 materiales en la línea temporal de 1960 a 1985, abarcando las disciplinas de Sociología, Desarrollo y Organización Comunitaria; CV; y los materiales producidos por el movimiento estudiantil. El objetivo del estudio fue identificar las expresiones de las luchas democráticas en el ámbito de la formación profesional con énfasis en las dinámicas y particularidades institucionales de la Facultad de Servicio Social de la Universidad de Río de Janeiro (FSSUERJ), con el objetivo de identificar los procesos de la erosión del servicio social tradicional, las disputas y tendencias de la formación profesional en el período estudiado.

Palabras clave: memoria, luchas democráticas, dictadura, erosión del conservadurismo, formación profesional.

Introdução:

(...) a luta do homem contra o poder é a luta da memória contra o esquecimento. (Milan Kundera, 1987)

Em 2024, o golpe civil-militar—empresarial perpetrado no Brasil em primeiro de abril de 1964 completou 60 anos, momento estratégico de levantarmos a poeira dos porões da memória contra o esquecimento das barbáries da ditadura, que levaram às mortes e torturas de muitos brasileiros e brasileiras que buscavam restabelecer a democracia². Neste sentido:

(...) enfrentar o legado histórico de violações sistemáticas dos direitos humanos, como as que ocorreram entre 1964 e 1985, tem por objetivo não somente garantir a compreensão do que ocorreu, mas, também, reforçar o entendimento coletivo de que são necessárias estratégias para combater, no presente, essas violações, que teimam em persistir como parte da realidade social brasileira (Silva e Stampa, 2019, p.3).

É nessa perspectiva que o artigo pretende socializar os resultados preliminares obtidos na primeira fase exploratória da pesquisa que tem como objetivo analisar o enlace do Serviço

² Dedicamos esse artigo as (os) estudantes da turma de 1965 representadas (os) por: Eleudi Guerreiro, Lucia Perez, Miriam Cavalcante e Maria Freitas que nos permitiram acessar as histórias das lutas democráticas por meio de suas memórias.

Social e as lutas democráticas³ no Rio de Janeiro, identificando os processos de erosão dos fundamentos tradicionais e conservadores da profissão a partir de vinculação com as resistências democráticas no período 1960-1985. A FSS-UERJ, foi inaugurada em 1944, sendo denominada no período como, Escola Técnica de Assistência Social Cecy Dodsworth, celebrando em 2024, 80 anos de história. Em 1958, por meio do decreto nº 14.046, passa a se denominar Faculdade de Serviço Social e tendo seu reconhecimento como unidade de ensino superior, integrando, em 1963, a então Universidade do Estado da Guanabara (UEG), hoje conhecida como Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), (Alencar, 1994). Na historiografia do Serviço Social brasileiro a FSS-UERJ se destaca por sua gênese de formação laica, democrática, gratuita e de curso noturno que promovesse o acesso à classe trabalhadora (Iamamoto, 2014, Scheffer, 2021). Iamamoto (2014, p.36), aponta as seguintes dimensões históricas que particularizam a FSS-UERJ, que são:

- Ausência de vínculo direto com Igreja, nascendo sob signo da secularização por meio da iniciativa do poder público municipal e federal;
- Primeira escola oficial de Serviço Social do país;
- Influência do Social Work norte-americano na formação dos trabalhadores sociais de diferentes especialidades para atuar na área de assistência social;
- Privilégio da política pública e do Serviço Social Coletivo, de caráter preventivo, articulada ao atendimento de casos por parte das organizações privadas de assistência social.
- Participação no movimento higienista e da medicina social, voltados à saúde pública como responsabilidade do Estado, em face da expansão capitalista industrial e urbana (...)

O artigo foi dividido em dois itens: O primeiro trata do referencial teórico, das etapas da investigação, seus pressupostos investigativos e seus procedimentos de coleta realizados até o momento. Já o segundo, apresenta um panorama da sistematização dos dados e os resultados preliminares da análise qualitativa de 33 documentos do universo catalogado de 266 arquivos.

³ As lutas democráticas serão tratadas (...) como a constante atualização das lutas dos subalternos pela democratização permanente, isto é, pela realização das aspirações de liberdade e igualdade na condução da vida social. As lutas democratizantes e suas experiências concretas jamais se circunscrevem apenas à forma de governo: referem-se ao conjunto das relações sociais nas quais emergem. Elas tendem a questionar o controle dos meios sociais de produção e, sob o capitalismo evidenciam a distância crescente entre a socialização da produção e o controle privado *do capital* sobre os meios de existência. (Fontes, 2006, p.p 29-30).

Horizonte teórico e os trajetos metodológicos da pesquisa de campo

“O real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia” (Guimarães Rosa- Sertão Veredas)

O trabalho de campo foi iniciado em junho de 2022, envolvendo os seguintes procedimentos: identificação, categorização, digitalização e organização digital para constituição de acervo no google drive, contendo os ementários das disciplinas, os currículos; os materiais do Movimento Estudantil (ME) e de eventos da Faculdade de Serviço Social da UERJ de 1944 até 1990. Foram catalogadas e armazenadas o total de 266 documentos, entre estes, cerca de 98 não possuem data, contudo, os mantivemos, pois foi possível categorizá-los identificando a partir das temáticas abordadas a qual período correspondiam. Em agosto de 2023, o projeto foi submetido à Plataforma Brasil para avaliação e recentemente aprovado.

A investigação é norteada pelo referencial materialista histórico-dialético, ou seja, a lupa utilizada para apreender o objeto de estudo, pretende além de descrever suas características, analisar as determinações gerais que forjam suas expressões, para além da aparência imediata. Nortear-se pelo método da teoria social de Marx, significa situar o objeto no modo de produção capitalista, onde os diversos aspectos da vida social são apropriados pela lógica de produção e reprodução do capital, assim, compreende-se que o âmbito das relações sociais é de constante disputa e contradições em torno dos sujeitos que compõem as classes sociais, (Grespan, 2021).

Diante disso, identificamos que o marco temporal da pesquisa em andamento abrange três conjunturas históricas que ao serem formadas socialmente tornam-se a base real na qual os sujeitos da pesquisa tomam vida, são determinados e determinantes. Ao considerarmos a dinâmica da história como o fio condutor para a identificação e contextualização de particularidades das lutas democráticas e do serviço social, constituímos os blocos de análise, conforme abaixo:

1. Tratamos os anos 1960 analisando a insurgência e a repressão às lutas democráticas e ao Serviço Social no Rio de Janeiro, visando identificar os indícios emergentes de crítica e erosão das bases tradicionais e conservadoras do período.
2. Abordamos os anos 1970 considerados como tempos de “chumbo” da ditadura no Rio de Janeiro, impondo às lutas democráticas de resistência a clandestinidade. Também são analisados os aspectos referentes à crise da ditadura e os rebatimentos da aproximação com a tradição marxista na época.
3. Analisamos os documentos até 1985, na conjuntura de abertura da redemocratização da sociedade brasileira, quando se consolidou um novo currículo da FSS-UERJ. Este período, se caracteriza pela intensificação das disputas na profissão entre as tendências tecnocráticas modernizantes; as conservadoras; e a intenção de ruptura. O contexto é de marcos históricos para a profissão como: o Congresso da Virada em 1979, a greve estudantil na

FSS-UERJ em 1982 e a ampliação da tradição marxista com a publicação do livro *Relações Sociais e Serviço Social* (Iamamoto e Carvalho, 1982).

Por conseguinte, na fase exploratória da pesquisa, diante do volume de material coletado no Centro de Documentação e Memória (CEDOM), utilizamos como referência para a seleção dos documentos e sua categorização⁴, as contribuições de Netto (2015), ao apontar em seu estudo que às bases sociopolíticas que impulsionaram a erosão do Serviço Social tradicional e conservador na virada crítica da profissão no Brasil foram:

1. A inserção nas atividades relacionadas ao Desenvolvimento de Comunidade (DC) com equipes multidisciplinares;
2. A mudança crítica na Igreja Católica;
3. Às aproximações às concepções progressistas das ciências sociais;
4. O Movimento Estudantil articulado às lutas e movimentos sociais da época.

Para Carvalho (1983), as categorias teóricas devem ser simples e gerais, articuladas à especificidade do objeto de estudo, que se definem em unidades de análise que expressam temas construídos através da leitura sistemática dos documentos. Os temas significam unidades de análise que manifestam um feixe de relações, sendo a investigação feita numa dupla perspectiva formada pelo estudo qualitativo fundamental e quantitativo complementar e necessário.

Desta forma, foram selecionados para a primeira análise os documentos das disciplinas de Sociologia, Desenvolvimento de Comunidade; o currículo vigente em 1985 na FSS/UERJ; e os materiais elaborados pelo Movimento Estudantil, compondo o universo de 33 documentos. No próximo item apresentaremos os resultados preliminares da investigação.

⁴ A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias, são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos. (Bardin, 1977, p.17).

Os resultados na travessia da história: perspectivas da formação em Serviço Social na FSS-UERJ

Quadro 1. Neste item apontamos o recorte analítico e os dados quantitativos dos documentos catalogados de 1960-1985. Abaixo segue a tabela.

Documentos selecionados para análise documental (1960-1985)			
Documentos	1964-1969	1970-1985	Total por disciplina - documento
Ementa discip. de Sociologia	3	11	14
Ementa discip. de Desenvolvimento de Comunidade (DC)	4	-	4
Documentos do Movimento Estudantil	1	14	15
Total de documentos	8	25	33

Fonte: Elaboração própria a partir da análise documental.

Destacamos que a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS) em 1959 realizou a IX Convenção com tema a “Renovação do currículo das escolas de serviço social”, que apontou que algumas das cadeiras mais importantes do Serviço Social eram sociologia, psicologia, direito, higiene e medicina social. Mas, reafirmam de igual relevância o estudo da Doutrina Social (Aguiar, 1984). Ressaltamos que não encontramos na análise a relevância da doutrina social da Igreja Católica na FSS-UERJ, acreditamos que este fato esteja relacionado a particularidade da escola que desde sua gênese está vinculado ao movimento laico educacional da Escola Nova e foi fruto da iniciativa estatal. Devido essas particularidades, não debruçamos nossa análise sobre pensamento católico na FSS-UERJ. Acerca das disciplinas de Desenvolvimento de Comunidade, incluímos na análise os seminários de intervenção de comunidade que por sua vez estavam articulados ao estágio profissional da época. Segundo Alencar (1993), foi em 1955 que ocorreu a introdução das disciplinas de Organização social de comunidade, administração de obras, afirmação do Serviço Social de caso e grupo.

Por fim, na documentação do movimento estudantil não foi localizado nenhum documento referente ao período pré-ditadura (1960-1964). Já no período de 1965-1968 na FSS-UERJ utilizamos como referência o livro que aborda a memória das discentes nesse período. A maioria dos documentos da organização estudantil são das décadas de 1980, 1990 e 2000. É importante registrar que tivemos inúmeras adversidades na coleta e na análise da documentação como a precária conservação dos materiais, a escassa identificação do período e a falta de

suporte especializado em todo processo de digitalização e arquivamento dos materiais. A seguir apresentamos os resultados das categorias elencadas em três eixos abaixo.

Eixo 1: A sociologia crítica na interface com o Serviço Social

O cientista social não é mera mediação que se põe, inocente, na trama das relações entre o pensamento e o real. (...) encontra-se no princípio, no meio e na travessia. (Ianni, 1989, p.119).

No período de 1945-1964, as Ciências Sociais debruçaram-se em debates e polêmicas efervescentes, que se voltavam duplamente para a questão do desenvolvimento do país e o compromisso social e político da produção cultural, (Vilas-Boas, 1996). Também indicavam a necessidade de um projeto para que o Brasil superasse a condição de subdesenvolvimento. Os intelectuais do Instituto Superior Estudos Brasileiros (ISEB), pensamento hegemônico no país, por exemplo, defendiam:

(...) desenvolvimentismo, acreditando que um maior desenvolvimento econômico assegura a transição completa do Brasil à modernidade; na verdade, isebianos só viam sentido em falar de desenvolvimento e desenvolvimentismo se fosse para garantir a libertação do país do atraso e a sua emancipação – inclusive em relação às nações estrangeiras. Logo, o desenvolvimentismo dos membros do ISEB era de cunho nacionalista e é importante caracterizá-lo como nacional-desenvolvimentismo (Silva, 2018, p.69).

Para Ianni (1989), esse período também é marcado pela constituição e avanço da Sociologia Crítica brasileira, cujo expoente dessa perspectiva foi Florestan Fernandes. A Sociologia Crítica abrangeu na época várias modalidades de trabalho sociológico, cuja orientação da pesquisa se desenvolveu na análise da aparência para a essência. “Nessa orientação, o sociólogo procura demora-se diante do fato, enquanto um sistema de relações sociais em sentido lato, até que esse fato se torna transparente. (Ianni, 1989, p.53). Dentre os temas tratados pela sociologia crítica do período estão: imperialismo e dependência, modalidades de consciência que abrangiam temas de religiosidade e étnico-raciais, revolução burguesa e reforma, relações de produção, sociologia latino-americana, lutas sociais, Estado e sociedade, etc. Esses estudos estavam em sintonia com as forças democráticas e progressistas que agitavam o Brasil. Nos anos iniciais da década de 1960 ocorre uma radicalização com a entrada em cena dos movimentos de trabalhadores urbanos e rurais (Alencar, 1994).

Na análise do material verificamos que grande parte desses temas foram identificados nas disciplinas de Sociologia de 1960-1969. Também identificamos abordagem dos estudos

étnico-raciais por meio de temas sobre a população de negros, caboclos, indígenas, imigrantes na sociedade de classe. Esses temas abordados eram oriundos das pesquisas de sociólogos brasileiros financiadas pela UNESCO na década de 1950. Esses estudos raciais buscavam encontrar respostas para a superação dos preconceitos raciais vividas em diversos contextos internacionais. Para Ianni (1989, p. 30):

Nos estudos das ideologias raciais encontram dados, interpretações e sugestões de interesse para análise das modalidades de consciência social, em sentido amplo, e da consciência de classe, em termos precisos. A verdade é que a condição racial é, no Brasil, uma dimensão básica da situação de classe, em especial quando se trata do negro, do mulato e índio de alguma forma inserido em relações capitalistas de produção.

Na disciplina ministrada pelo Professor José Bonifácio Martins Rodrigues, ministrada em 1966, encontramos o uso de obras literárias como recurso de aproximação do Assistente Social à realidade brasileira como por exemplo os livros: Quarto de Despejo (Maria Carolina de Jesus), Capitães de Areia (Jorge Amado), 1965-1968 sobre disciplina de sociologia apontam que:

Maria Peregrino, de sociologia, deve ter se salvado por obra e graça do Espírito Santo. Indicava livros, filmes – lembro que “Os Companheiros” estava entre eles – e depois discutimos em sala. Eu considerava aquilo muito instigante. (...) Fatos como aquele, vistos hoje por quem os viveu, nos confirmam a certeza de que o medo nos envolvia a todos. Ninguém sabia com certeza quem era quem. Qualquer um poderia ser um infiltrado. Mas a professora Maria Peregrino era excelente, mesmo! (Guerreiro, et.al , 2019, p.p. 85-86)

As estudantes colocam que uma minoria de professores se colocavam contrários à ditadura⁵. Para as estudantes, o corpo docente era dividido em três posições políticas: os omissos por posicionamento; os contrários ao regime militar que “havia escapado à degola geral, mas se manifestavam por parábolas ou metáforas”; e os que eram pró-ditadura, que “se sentiam donos da faculdade” (Guerreiro, et al 2019, p.87).

Referente aos ementários da sociologia na década de 1970 na FSS-UERJ, pudemos observar que assume um caráter vago e genérico na exposição dos temas tratados na disciplina e também não apresenta os referenciais bibliográficos utilizados, tal aspecto que causou dificuldade para a nossa análise. Entendemos que a exposição “neutra” dos ementários da sociologia que podem estar alicerçados em duas situações desencadeadas em 1968:

⁵ A primeira iniciativa repressiva aos segmentos universitários ocorreu logo após golpe que implantou a denominada de Operação Limpeza que consistia em processos disciplinares que levou à demissão de inúmeras intelectuais de esquerda.

1. A intensificação do terrorismo ditatorial a partir do AI-5;
2. A reforma universitária atrelada aos interesses tecnocráticos do regime autoritário que visava neutralizar definitivamente as forças democráticas no interior da formação universitária. Registramos também que não encontramos em nenhuma ementa de sociologia algo referente à questão de gênero, feminismo ou condição das mulheres. Cabe ressaltar que nos parece haver na formação profissional da UERJ um estreito vínculo com a sociologia, pois desde sua constituição Maria Esolina Pinheiro, fundadora da faculdade, em 1944, já definia o Serviço Social enquanto uma forma de sociologia aplicada:

O Serviço Social compreendendo o inquérito social e as pesquisas representa a parte experimental metodológica da sociologia aplicada, da qual os desajustamentos sociais constituem a parte descritiva. É a própria ciência social, transformada em ação. (...) A ação do Serviço Social se entrelaça totalmente com a execução da legislação social, sobretudo a de assistência em geral e a de proteção aos menores abandonados, adaptação dos anormais e reeducação dos delinquentes. Mas é principalmente a sociologia que estabelece os contatos normais do Serviço Social com a psicologia, biologia, psiquiatria, a economia, o direito, estatística e política (Pinheiro, 1985, p.19).

Em 1965, o Serviço Social latino-americano dá uma guinada crítica em suas articulações continentais iniciada entre Brasil, Argentina e Uruguai por meio do “I Seminário Latino-Americano de Serviço Social frente às mudanças” realizado em Porto Alegre inaugurando Movimento de Reconceituação nas veias abertas da América Latina. Segundo Iamamoto (2018), a reconceituação teve como palco principal as unidades acadêmicas. Entre os temas que preocupavam os integrantes do movimento era entender os rumos peculiares do desenvolvimento do continente latino-americano na interface com a dependência com os países centrais para assim possibilitasse entender o significado histórico da ação profissional, aspecto que no ponto de vista da autora, gerou uma intensificação no diálogo com as ciências sociais, políticas e econômicas.

A interface entre o Serviço Social e as Ciências Sociais tomou contornos polêmicos explicitados no I Seminário de teorização do Serviço Social registrado no Documento de Araxá (1967, p.23), vejamos abaixo:

É o Serviço social uma ciência autônoma? Uma corrente o define como “Ciência Social aplicada”, por se utilizar dos conhecimentos da Sociologia, Antropologia, Psicologia, Economia, política etc., para intervir na realidade social. Outros defendem posições de independência para o Serviço Social, no quadro das ciências, afirmando possuir um sistema de conhecimentos científicos, normativos e transmissíveis, em torno de um objetivo comum. Há, ainda, os que asseveram que o Serviço Social é uma ciência quando sintetiza as ciências psicossociais.

Quanto ao componente da arte, originariamente incluído nas definições de Serviço Social, verificam divergências, ficando, por este motivo, a questão em aberto.

No II Seminário de Teorização conhecido Documento de Teresópolis (1971), que consolida tendência da Modernização Conservadora, identificamos a defesa da posição do Serviço Social enquanto uma ciência específica no quadro das Ciências Sociais. No documento a “Teoria do Serviço Social” buscava amparar-se nos estudos de Le Bret acerca do subdesenvolvimento latino-americano, imerso na teoria funcionalista apontando níveis biológico e doméstico, as funções e meios.

No III Seminário de teorização abordou a cientificidade do Serviço Social no Documento de Sumaré (1978), o tema principal foi tratado por um grupo de professores do Rio de Janeiro (RJ). Esse grupo de docentes do RJ, pautou-se na concepção de cientificidade defendida por um autor do Serviço Social norte-americano. Afirma-se no evento a constituição da Teoria do Serviço Social. No currículo FSS-UERJ de 1985, identificamos as disciplinas de Teoria do Serviço Social, portanto aderindo a essa perspectiva. Além das disciplinas clássicas das Ciências Sociais - antropologia e sociologia - , inclui-se, Formação Social Econômica do Brasil e Estudos de Problemas Brasileiros. No próximo item, trataremos das disciplinas de Desenvolvimento e Organização de Comunidade (DOC).

Eixo 2- DOC em três tempos: desenvolvimentismo, ditadura e redemocratização

Em 1949 no RJ foi realizado o Congresso Interamericano de Educação de Adultos promovido pela UNESCO, que teve como repercussão a primeira experiência de Missão Rural realizada na cidade de Itaperuna no estado do Rio de Janeiro em 1950. A missão foi efetivada por uma equipe multidisciplinar contando com agrônomo, enfermeira, educadora doméstica e a assistente social Aylida Pereira Reis, recém-formada na Escola de Serviço Social da Pontifícia Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ).

Essa experiência influenciou em 1955 a criação do Serviço Social Rural, a partir disso foram realizadas em 1959 experiências nas cidades de Araruama e Nova Friburgo, ainda no Estado do Rio de Janeiro. As missões rurais estenderam-se ainda na região sudeste do país para experiências em Minas Gerais e Espírito Santo, logo atingiram os estados nordestinos iniciando pelo Rio Grande do Norte.

A experiência de Itaperuna foi publicada em 1952 com registros do trabalho realizado pela equipe multiprofissional e particularidades das ações de cada profissão. O Serviço Social era responsável por contatos com instituições, estudo e registro da realidade comunitária e dois grupos. Um grupo voltado para as mulheres abordando problemas da comunidade, já o segundo voltado à formação de professores (Cabral, et.al, 1952).

A assistente social Aylda Pereira Reis fez pela primeira vez a associação entre Organização de Comunidade e Desenvolvimento de comunidade⁶ em 1957 enquanto conferencista no Seminário de Educação de Adultos para o Desenvolvimento de Comunidade, promovido pela União Católica Internacional de Serviço Social (UCISS), financiado pela UNESCO. A proposta de fusão destas disciplinas resulta no Desenvolvimento e Organização de Comunidade (DOC), assim o trabalho realizado pelo Serviço social na coordenação de obras sociais “vai na década de 50, gradualmente dando lugar ao trabalho direto com as populações, e migra da cidade para o campo, numa perspectiva de melhoria das condições de vida” (AMMANN, 1982, p. 36). A questão agrária já vinha incomodando as classes hegemônicas devido a sua importância no processo de industrialização brasileira, sendo analisada por uma perspectiva de atraso ao desenvolvimento nacional.

Segundo Ammann (1982) essas missões rurais desenvolvidas na década de 1950 foram pactuadas com o Ministério da Agricultura, visando primeiramente a expansão da produção agrícola nos moldes norte americanos e posteriormente os acordos voltam-se para ações de alfabetização e educação de adultos, criando a Comissão Brasileiro-americana de educação das Populações Rurais (CBAR) que sugeriu as missões rurais como técnica de trabalho de campo executada por técnicos capacitados a partir do referencial teórico-metodológico norte americano.

Já na década 1960, inspirados na Revolução Cubana (1959), o país vivenciava o auge da politização da sociedade brasileira com diferentes frentes de mobilizações pautadas nas propostas de Reformas de Base do então presidente, João Goulart.

A pauta da defesa das reformas de base, catalisadora das lutas sociais do pré-1964, também contou com significativa incidência da UNE, a qual passa a integrar a Frente Nacional de Mobilização Popular, ampliando o contato do segmento universitário católico com diversas organizações e forças políticas, favorecendo a politização da JUC e as articulações para a criação da AP. Em especial, destaca-se que o debate desencadeado sobre a reforma educacional, através de seminários nacionais entre 1961-1962, ampliou a incidência política desse segmento, afirmando a luta pela reforma universitária “como parte das transformações estruturais da sociedade”, como um “momento do processo mais amplo que é a revolução brasileira” (Closs, et.al, 2021, p. apud Lima; Arantes, 1984, p. 20).

⁶ O desenvolvimento de comunidade pode ser definido como um paradigma institucionalizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) após a segunda guerra mundial, num contexto de guerra fria e disputa por hegemonia política por parte dos Estados Unidos como meio para prevenir a expansão da “ideologia comunista” representada pela consolidação da União Soviética. O objetivo é a integração dos países pobres às necessidades de expansão ideológica, política e econômica do modo de produção capitalista por meio da oferta de assistência técnica e acordos de colaboração, o incentivo à participação está pautado na autogestão da população local e na integração social de forma genérica, sem levar em consideração as especificidades da formação social brasileira, aplicando o modelo de Organização de comunidade importado pelos Estados Unidos.

Ainda em 1960, no Rio de Janeiro, ocorreu o I Seminário Nacional sobre as Ciências Sociais e o Desenvolvimento de Comunidades Rurais no Brasil, que apontava para o debate acerca das ciências sociais nos programas de desenvolvimento rural. Segundo Ammann (1985, p.69), o seminário foi dividido em dois eixos: “a) ensino, pesquisa e aplicação das ciências sociais e b) desenvolvimento rural e pessoal técnico”. Em 1961, foi organizado o II Congresso Brasileiro de Serviço Social que se aprofundou nas temáticas do Seminário Nacional das Ciências Sociais e o Desenvolvimento de Comunidades Rurais apontando as condições estruturais, políticas e administrativas do desenvolvimento socioeconômico do país.

Para Wanderley (1993), as práticas e as produções teóricas acerca do Desenvolvimento de comunidade no período 1960-1964 apresentam incongruências, pois coexistiam tendências fundamentadas na perspectiva funcionalista de participação para a integração e harmonia social (consenso) e outra perspectiva como apontamos, pautada no questionamento das estruturas sociais considerando a realidade brasileira e apontando a necessidade de reformas de base. As diferentes vertentes são classificadas por Ammann (1982) respectivamente como desenvolvimento de comunidade ortodoxo e heterodoxo.

O período a partir de abril de 1964 é marcado pelo golpe autocrático burguês considerado uma “contrarrevolução preventiva” diante do avanço dos movimentos de crítica às desigualdades sociais e desenvolvimento dependente do capital estrangeiro. De acordo com Netto (2015, p. 31), a contrarrevolução preventiva tinha três objetivos: “1- adequar o desenvolvimento capitalista em diversos países; 2enfrentar diretamente protagonistas sociopolíticos e a luta dos trabalhadores; e, 3enfrentar o comunismo”, sendo esses objetivos traçados pelo medo de haver uma revolução de caráter comunista no Brasil. Dessa maneira, o Estado com a utilização da força reprime os movimentos e projetos societários que buscavam por interesses da massa de trabalhadores por melhores condições de vida, pautas que não correspondem aos desejos da elite econômica nacional e internacional. Fica evidente que o país, com o golpe, perdeu a possibilidade de um desenvolvimento político, econômico e social, que poderia trazer novos moldes para a sociedade brasileira com pilares na soberania nacional.

Segundo Alencar (1994), na FSS-UERJ predominaram as orientações do Seminário de Araxá, realizado em 1967, que representou a vitória do caráter tecnocrático da profissão sintonizada às demandas autoritárias do regime ditatorial implantado com o golpe de 1964.

Na pesquisa encontramos quatro ementários: três de disciplinas de DC e DOC, respectivamente: 1) Programa anual de estudo de DC de 1967; 2) Projeto de Plano de Curso para a matéria de DOC, de 1969; 3) Seminário de Desenvolvimento e Organização de comunidade, sem data. Identificamos ainda um ementário da disciplina de Seminário de intervenção do Serviço Social a nível comunitário I e II, sem data. Vale ressaltar que as duas ementas datadas estão situadas no

contexto da ditadura, porém em blocos diferentes deste período, pois em dezembro de 1968 foi deflagrado o Ato Institucional n 5 (AI-5).

A disciplina “Estudo de DC” de 1967 apresenta como objetivos gerais considerando os aspectos profissionais, “aqueles correspondentes à nova visão das concepções modernas de educação numa sociedade em transição”, referente ao conteúdo, a ementa ratifica, “procuramos dar uma maior fundamentação científica das ciências sociais como apoio [...] completando talvez, uma profissionalização que às vezes tende para a absolutização da tecnificação”, ou seja, podemos visualizar a intenção de propor para os estudantes algo além do comum naquele período, com elementos de crítica ao que estava posto até aquele momento. Apresenta ainda o incentivo “a futura condição de animador social” dos alunos. Considerando o material analisado referente ao movimento estudantil e a forte atuação da UNE com o *Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE*, principalmente no Rio de Janeiro. Podemos perceber a legitimidade da intervenção social de cunho contestador naquele período, incidindo na formação profissional.

A animação popular foi uma técnica da Educação de Base e da Cultura Popular, instituída pelo Movimento de Educação de Base (MEB), é definida como “um processo de estruturação de comunidades, progressivamente assumido por seus próprios membros, a partir de seus elementos de liderança.” (Ammann, 1985, p. 95). Com o avanço das forças progressistas e principalmente a partir do contato com a população rural e suas necessidades “os princípios e objetivos do MEB vão se tornando menos religiosos e mais políticos⁷, menos comprometidos com a hierarquia católica e mais engajados às reivindicações e ações da classe trabalhadora” (Ammann, 1985, p. 91), iniciando assim uma fase com perspectiva crítica no final de 1962.

Analisando a bibliografia constante na ementa de 1967, ressaltamos alguns autores utilizados:

1. Comunidade e sua teoria social: encontramos José Arthur Rios, expoente acerca do tema desenvolvimento de comunidade, que expressa a tendência funcionalista para análise da comunidade em tipologias, considerando a integração social como meio para superar o subdesenvolvimento; o filósofo francês Jacques Maritain, sua obra projeta o Humanismo Integral, perspectiva de filosofia para a prática sugerindo mudanças na postura da igreja, passando do Estado-Igreja para Igreja-Povo, que serviu de base teórica para a Juventude Universitária Católica (JUC) (Aguiar, 1984);
2. Teoria social do desenvolvimento: este item possui referências como, Tom Bottomore e a Encíclica *Populorum Progressio* de Paulo VI (1967) que segundo Aguiar (1984), possui cunho progressista católico. Também identificamos a obra de Oracy Nogueira, sociólogo brasileiro pioneiro dos estudos raciais no Brasil, em seu estudo comparativo defende formas

⁷ O MEB entendia que essa estruturação de comunidades seria um processo de conscientização e de educação onde o povo é autor e sujeito da transformação. O Movimento de Educação de Base (MEB) foi fundado em 1961 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, cujo objetivo principal era a alfabetização pelo rádio (Wanderley (1993).

diferentes de preconceitos raciais ancorada na concepção de preconceito racial de marca⁸ com prevalência no Brasil, já o preconceito racial de origem estava arraigado nos EUA. Tais aspectos, apontam para uma abordagem do desenvolvimento de comunidade buscando fundamentos para intervenção a partir da realidade brasileira, principalmente ao inserir o debate racial, indicador social relacionado diretamente às desigualdades em nosso país.

Comparando com a ementa de 1967, a diferença de conteúdo na ementa de 1969 (pós AI-5), chama a atenção, pois não possui referências bibliográficas constituindo um documento genérico - assim como foi constatado na ementa de sociologia do mesmo período - . O objetivo da disciplina é descrito como “promover e capacitar os futuros assistentes sociais possibilitando-os a orientar e assessorar as diversas etapas do processo de DC” e “desenvolverem o espírito crítico, analisando e avaliando a real contribuição dos programas de DC às mudanças sociais e desenvolvimento global do país”.

São elencados como papel do assistente social “guia, habilitação, perito-assessor, terapeuta social”, em detrimento da função de animador social identificada na ementa de 1967, tal aspecto pode ilustrar as requisições colocadas ao serviço social naquele período. É possível identificar influências do Seminário de teorização de Araxá, pois no eixo serviço social de comunidade foram listados os “aspectos corretivos, preventivos e promocionais” debatidos naquele seminário, em 1967 como parte da “natureza do serviço social”, (CBCISS, 1986, p.24). Outros dois aspectos destacaram-se na análise:

1. “técnicas auxiliares” abordando: “planejamento, sociodrama, sociograma, educação de base e técnicas de projeto”;
2. Treinamento mental
3. Seminários: participação de profissionais do desenvolvimento além do assistente social, “estimulando o trabalho em equipe, em assuntos de interesses atuais: sindicalismo, aplicação do DC em diferentes campos de habilitação organização [...]”. “O tema grupos comunitários através de diversos profissionais: geógrafo, psicólogo, sociólogo, economista” (CBCISS, 1986, p.24).

Na disciplina de DOC em 1969, o sociodrama é indicado como uma opção técnica para abordagem subjetiva dos indivíduos, assim como o sociograma, que visa identificar o lugar de cada indivíduo no grupo ou comunidade por meio de um sistema. Esses instrumentos fazem sentido quando situados como respostas profissionais ao alargamento do mercado de trabalho do serviço social, desencadeado pelas respostas elaboradas via institucionalização das políticas sociais pelo regime militar, visando remediar as contradições geradas pelo acelerado

⁸ O preconceito de marca é indefinido, variando subjetivamente, tanto em função dos característicos de quem observa como dos de quem está sendo julgado.

processo de industrialização e urbanização no Brasil, além da repressão e impossibilidade de questionamento popular sobre suas mazelas. São destacáveis a preocupação com a técnica e instrumentalização dos profissionais, inserindo novos recursos para o trabalho social no desenvolvimento de comunidade.

Embora a formação da FSS-UERJ tivesse alinhada à Modernização Conservadora, principalmente após o Ato Institucional n 5 (AI-5) que institucionalizou o terrorismo no estado brasileiro, contraditoriamente as lutas dos estudantes colocavam-se nas trincheiras das resistências disputando uma nova direção crítica ancorada nos valores democráticos. Como expressão desse processo politização no quadro da redemocratização do país, em 1982 houve eclosão da Greve Estudantil que aprofundaremos no próximo item. Entretanto é importante colocar que a greve estudantil impactou profundamente no direcionamento da alinhado às forças democráticas fazendo ecoar a efervescência dos movimentos sociais e do Congresso da virada na formação que toma materialidade no currículo de 1985 da FSS-UERJ. No currículo de 1985, o DOC é retomado e enfatizado em duas disciplinas: 1) Organização de comunidade, que estabelecia um diálogo com a disciplina Formação Social, econômica e política do Brasil. 2) Dimensão comunitária, ministrado pela Prof. Regina Marconi que em sua bibliografia inclui o estudo do método da Economia Política em Marx. Além disso, houve inovações no currículo, com a inserção das seguintes disciplinas: Serviço Social e Movimentos Sociais (I, II, II); Serviço Social e Educação Popular (I, II); Pesquisa Participante e Serviço Social que expressam a busca de sintonizar a formação profissional aos processos de politização e redemocratização da sociedade brasileira no quadro de expansão das demandas democráticas do país.

A partir dos aspectos acima verificamos que apesar do ambiente repressivo sob hegemonia das tendências profissionais modernizantes e conservadoras haviam forças democráticas pulsantes em disputas que se manifestaram na formação “Uerjiana”, de modo que no início da década de 1980 conseguem sair da clandestinidade e apresentar suas pautas na cena pública sintonizada com as lutas democráticas.

Eixo 3- O movimento estudantil (M.E) nas lutas democráticas

A imaginação sociológica habilita-nos a apanhar a história e a biografia, e as relações de ambas no interior da sociedade. Essa é sua tarefa e promessa. Nenhum estudo social se completa se não estiver voltado para os problemas da biografia, da história e das suas conexões recíprocas na sociedade (Mills, apud Ianni, 1989, p.134).

O Rio de Janeiro foi sede do movimento estudantil da União Nacional dos Estudantes (UNE), que ficava localizada na Praia do Flamengo, o espaço cedido aos estudantes pelo Presidente

Getúlio Vargas em 1942. Em 1962, foi criada a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS), vinculada à UNE, o movimento estudantil brasileiro fazia:

A denúncia do caráter antidemocrático da instituição universitária impulsionou a unidade estudantil em torno da reivindicação de 1/3 de representação estudantil nos órgãos colegiados, desdobrando-se na caravana “UNE-Volante” em todas as capitais do país, como estratégia organizativa da greve de 1/3, realizada em 1962, atingindo a maioria das universidades brasileiras da época. (Closs, et.al, 2021)

Também nesse ano fundou-se em nível nacional o CFAS/CRAS (Conselho Federal de Assistentes Sociais e Conselho Regional de Assistentes Sociais), como entidades de fiscalização da profissão⁹.

No período, houve o avanço das práticas de cultura popular e alfabetização no Rio de Janeiro, por meio da Campanha de Alfabetização da UNE e pelo Plano Nacional de Alfabetização, com a implantação iniciada na Baixada Fluminense. O Rio de Janeiro, enquanto antiga capital do país, agregou importantes segmentos da intelectualidade, das artes e do movimento estudantil da UNE (União Nacional dos Estudantes). Nesse momento, a capital carioca vivenciou intensos movimentos no âmbito da cultura por meio de experiências dos Centros Populares de Cultura (CPC), (Berlinck, 1984). Mas, por outro lado, também foi palco do CBCISS, que promoveu as vertentes da Modernização Conservadora e da Reatualização do Conservadorismo no serviço social.

Com o golpe de 64 os estudantes e as lideranças estudantis sofreram grande repressão por parte dos militares, a União Nacional dos Estudantes- UNE foi posta como uma organização ilegal e teve sua sede incendiada pelos militares na noite de 31 de março para 1º de abril de 1964. A União Estadual dos Estudantes - UEE e os Diretórios Centrais dos Estudantes - DCEs, também sofreram perseguições e foram colocadas como ilegais durante a ditadura

Em relação ao ME na FSS, a turma de 1965-1968, relatam no livro organizado por eles, que na época formaram um grupo que se autodenominava “Grupo Paredão” que tinha como objetivo colocar as demandas dos estudantes e trabalhadores como o acesso à biblioteca no horário noturno, aos materiais didáticos e às vagas de estágios. Na época a FSS-UERJ era o único curso noturno do RJ. O grupo também organizou o jornal clandestino chamado “O Grito”, que serviu de modelo para a turma seguinte, de 1968, criarem um jornal intitulado “Berro”. É interessante observar que, parafraseando Freire, ambos os jornais estudantis buscavam transformar o mundo através do seu “dizer” ao mundo, idealizando assim, romper com a cultura do silêncio imposta pelo regime ditatorial. Em relação à repressão que os estudantes presenciaram dentro e fora da universidade:

⁹ Em 1993, a nomenclatura muda para CFESS/CRESS (Conselho Federal de Serviço Social e Conselho Regional de Serviço Social),

O que me vem sempre, daquele dia, é o nosso silêncio estarecido, ante o inesperado e fora de propósito de tudo aquilo. Como uma cena de rua presenciara, próximo ao largo do machado: vários carros parando de repente [nem todos da polícia] e acuando um rapaz que seguia na calçada. Nunca esqueci de sua fisionomia, ao ser arrastado para um dos veículos, nem do meu sentimento de pânico e dor por ele (Guerreiro, et.al , 2019, p.60).

O Grupo também se articulou com os segmentos universitários em defesa da democracia, como o Diretório Central dos Estudantes (DCE) e do Sindicato de Médicos. As estudantes ganharam a eleição do Diretório Acadêmico (DA) da FSS-UERJ com a chapa “Trabalho e Integração” (1967). A primeira ação da gestão do DA foi a organização de um curso pré-vestibular popular financiado com arrecadações das matrículas. A gestão estudantil passou corajosamente a organizar os estudantes para a participação política nas manifestações pelo retorno da democracia. Também identificamos a influência do Movimento de Reconceituação na turma, por meio da indicação do patrono, Dom Helder Câmara e o paraninfo, Seno Cornely da turma 1965-1968.

Conhecemos o professor Seno, gaúcho, num seminário fora; conversei com ele sobre a possibilidade de palestra na faculdade, e ele se prontificou. A diretoria montou o curso. (...) Esse curso causou certa resistência do corpo docente e do diretor, que taxou nosso grupo mais uma vez, de “comunista” (Guerreiro et.al, 2019, p.89).

Em 1968, ocorreram fortes mobilizações de artistas, intelectuais e estudantes contrários à ditadura. Também nesse mesmo ano, ocorreu o Congresso clandestino da UNE, a organização estudantil do Serviço Social aderiu à tese hegemônica da militante da APML (Ação Popular Marxista Leninista) que defendia que “(...) a profissão deveria ter como referência a realidade brasileira e sua inserção no modo de produção capitalista para a formação e o exercício profissional; expressava ainda os direitos e lutas sociais sufocados pela forte repressão da ditadura militar e o compromisso com os trabalhadores” (Abramides, 2016, p.416).

Na metade da década de 1970, iniciou-se a crise do regime ditatorial, marcado pela retomada das lutas democráticas por diferentes movimentos sociais (trabalhadores, negros, mulheres, etc.) e por pautas que exigem democratização das estruturas institucionais em diversos campos das políticas sociais (saúde, saúde mental, educação, infância). Diferentes autores apontam a crise do regime ditatorial oriundo do esgotamento do milagre econômico, que se intensificará até 1978, quando os militares iniciam suas negociações, pelo alto, propondo uma transição “em segurança” para a retomada do regime democrático.

Em 1974, o movimento estudantil intensifica seu retorno ao cenário das lutas democráticas dentro da UERJ. Numa carta encontrada entre documentos de 1975, identificamos a

correspondência do Vice-reitor ao Reitor, que relata que o movimento estudantil voltou a se mobilizar, ocasionado problemas, indicando que a vigilância, porém, não deveria ultrapassar os limites da universidade. Também coloca que as manifestações artísticas só podem ocorrer com autorização e que nos últimos sete anos não houve nenhuma assembleia estudantil no espaço universitário. Por fim, alerta que a área de biomedicina poderia causar problemas devido a organização de uma passeata dos alunos de medicina.

Para Serra (2007), a partir de 1975, houve um repensar de novas alternativas do trabalho profissional com referências teóricas da tradição marxista. Além disso, teve o início dos cursos de Mestrado no Rio de Janeiro e em São Paulo que impactam na formação profissional, constituindo-se uma ferramenta teórico-política, que contribuíram na ação política dos profissionais em termos da mudança crítica. Apesar do curso de mestrado da PUC/RJ, não ser marxista na época, ao mesmo tempo possibilitou acesso aos autores da tradição marxista. Houve também uma mudança no perfil organizativo das/os assistentes sociais e na expressão político-organizativa profissional.

Nesse período, as ex-alunas da FSS-UERJ criaram um Grupo de Estudos de Serviço Social (GESS), com o objetivo de reunir estudantes e profissionais para debater e divulgar as propostas latino-americanas do trabalho profissional no continente. O Boletim Informativo de Serviço Social (BISS), criado pelo GESS, de agosto e outubro de 1978, informa que ocorreria o I Encontro Nacional de Estudantes do Serviço Social - ENESS em Londrina. Entre as informações estavam os textos que seriam abordados no encontro, conforme abaixo:

1. Ética para o Serviço Social - Natálio Kisnerman
2. A reestruturação da carreira de trabalhador social - aplicação do método científico. Filosofia do séc. XX e Serviço Social- Herman Kruse;
3. ABC do trabalhador social latino americano. Juan Barrix et.al.
4. 1º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (1974) - Tema: Formação do Assistente Social
5. Compêndio sobre metodologia para o trabalho social. III parte: A relação teoria-prática no trabalho social - Escola de Serviço Social de Belo Horizonte;
6. Debates sociais, maio de 68. CBCISS nº 3. A reforma do ensino e da
7. Profissão de Serviço Social-. José Lucena Dantas

As escolhas dos textos revelam a inserção do debate de língua hispânica da Reconceitualização na organização estudantil, bem como, expressam as tendências profissionais em disputa no Brasil entre Modernização Conservadora e Intenção de Ruptura.

Em 1979 a UNE saiu da ilegalidade, no mesmo ano ocorreu o “Congresso da

Virada” profissional. Já em 1982 chega ao público o livro “Serviço Social e Relações Sociais no Brasil” criando um novo patamar acerca do significado teórico da profissão na história da luta de classes. Também nesse ano se desencadeia a Greve dos Estudantes da FSS-UERJ.

Segundo Cislighi e Brandt (2014), este episódio grevista consistiu internamente em uma reação dos estudantes da FSS-UERJ à demissão das professoras Alany Pinto Caldeira, Ana Maria de Vasconcelos, Maria Alice Correia, Maria Helena Rauta Ramos e Rose Mary Sousa Serra, todas alinhadas à renovação crítica em curso no Serviço Social brasileiro. A greve estudantil da FSS-UERJ tomou grandes proporções, acarretando mobilizações dentro e fora da universidade, impactando numa greve geral dos estudantes da UERJ em apoio às demandas dos discentes. Recordamos que na faculdade, ainda persistia as práticas autoritárias. Os professores eram em sua maioria de outras áreas, cuja inserção ocorria via indicação, pois não havia concurso público na Uerj na época. A participação estudantil não era reconhecida nas instâncias deliberativas da universidade. O currículo estava balizado ainda na perspectiva tecnocrática. A greve estudantil intensificou os laços com a organização sindical da categoria. A partir do episódio grevista, desencadeou-se a renovação crítica curricular de 1985 incluindo definitivamente a tradição marxista na formação da FSS-UERJ.

Considerações finais:

É o tempo da travessia
E se não ousarmos fazê-la
Teremos ficado para sempre À margem de nós mesmos”
(Tempo de Travessia, Fernando Pessoa)

O artigo buscou analisar de forma exploratória a travessia dos tempos sombrios da ditadura, que contraditoriamente gestou a renovação crítica na FSS-UERJ no período de 1960-1985. Os resultados preliminares convergem com os estudos sobre Serviço Social na ditadura brasileira. Mas, também revelou novos aspectos como a presença de estudos étnico-raciais identificados nas disciplinas de Sociologia. Verificou-se uma baixa incidência do pensamento católico na formação profissional na FSS- UERJ, aparecendo residualmente nas disciplinas de DOC e no ME, associados às campanhas e as tendências progressistas. O ME foi um elo fundamental com as lutas democráticas, politizando o contexto universitário nos enfrentamentos à formação tecnocrática e asséptica alinhadas às demandas autocráticas. Em síntese, identificamos vestígios críticos que contribuíram para a erosão do conservadorismo que se consolidaram na década de 1980 na FSS-UERJ em sintonia com lutas democráticas em ebulição na sociedade brasileira. Em síntese, destacamos três resultados:

1. Significativa presença da Sociologia na formação em serviço social na UERJ, em especial nos anos de 1960 com estudos progressistas e críticos da sociedade brasileira perpassando as temáticas étnico-raciais. Em contrapartida, pouca relevância do pensamento da doutrina social da Igreja católica na formação da FSS-UERJ.
2. As disciplinas de Desenvolvimento e Organização de Comunidade (DOC) expressam as demandas profissionais e as respostas formuladas no nível da formação em serviço social na UERJ dentro do contexto desenvolvimentista e do golpe militar de 1964 no Brasil. Destacamos que a partir do currículo de 1985, as disciplinas que abordavam o trabalho comunitário passaram a apresentar em seus referenciais uma aproximação com a tradição marxista. Além disso, na formação inseriu-se novas disciplinas de movimentos sociais e educação popular que expressam uma busca por renovação das práticas de desenvolvimento de comunidade ancoradas nas demandas democráticas do país.
3. O movimento estudantil da UERJ teve influência do Movimento de Reconceituação desde 1965 que perpassou as décadas de 1970 e 1980. A organização estudantil foi importante elo com as lutas democráticas impulsionando os processos de crítica à formação profissional conservadora e tradicional e propondo engajamento dos assistentes sociais nos processos de resistência ao regime autocrático

Referências

- Abramides, M.B. (2016). *80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo*. *Serv.Soc. Soc.*, São Paulo, (127), p. 456-475.
- Aguiar, A G. (1984) *Serviço social e filosofia: das origens a Araxá*. Cortez.
- Alencar, M. M. T. (1994). A faculdade de Serviço Social da UERJ na década de sessenta. Rio de Janeiro: *Rev. Em Pauta* (4).
- Ammann, S.B.(1985). *Ideologia do Desenvolvimento da Comunidade no Brasil*. São Paulo: Cortez. (5).
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Portugal Lisboa: Edições 70.
- Berlinck, M.T.(1984). *O centro popular de cultura da UNE*. Campinas: Ed. Papyrus.
- Cabral, J I. (1952). *Experiência em Itaperuna*. Ministério da Agricultura.
- Carvalho, A.M (1983). *A questão da transformação e o trabalho social: uma análise gramsciana*. São Paulo: Cortez
- Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS), *Teorização do serviço social*. (1986).
- Cislaghi, J F & Brandt, D B. (2014) *A imaginação no poder: greve estudantil de 1982 e gestão democrática na Faculdade de Serviço Social da UERJ*. In: VELOSO, Renato dos Santos et

- al (Org.) (2014). *Trajatória da Faculdade de Serviço Social da UERJ: 70 anos de história*. Rio de Janeiro: EdUERJ,
- Closs, T. (2021). Ação Popular, Serviço Social e Paulo Freire: caminhos cruzados com a tradição marxista. In: SCHEFFER, G. (2021). *Serviço Social e Paulo Freire: diálogos com a educação popular*. Curitiba: CRV.
- Fontes, V. Democracia e revolução. (2016) In: *Democracia em colapso*. Ed. Boitempo, SESC.
- Grespan, J. (2021). *Marx: uma introdução*. 1 ed. São Paulo: Boitempo.
- Guerreiro, E, Perez, L, Freitas, M C. Cavalcante, M. (2019). *Nossa memória de muitos: 1965-1968*. UEG - Faculdade de Serviço Social.
- Iamamoto, M V. (2014) In: Veloso, Renato dos Santos et al (Org.). *Trajatória da Faculdade de Serviço Social da UERJ: 70 anos de história*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Iamamoto, M.V. (2018) Marxismo e Serviço Social: uma aproximação. In: *Revista Libertas*, Juiz de Fora, v.18, (2), P. 204-226.
- Ianni, O. (1989). *Sociologia da Sociologia*. São Paulo: Editora Ática.
- Lima, M. (2007). “O legado de Oracy Nogueira ao estudo das relações raciais”. *Tempo Social* 19 (junho de 2007): 283–85. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702007000100014>.
- Netto, J P. (2015). *Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64*. 17.ed. São Paulo: Cortez.
- Nogueira, O. (1998). *Preconceito de marca: as relações raciais em Itapetininga*, São Paulo: Edusp.
- Pinheiro, M E. (1985). Documento Histórico. *Serviço Social – Infância e Juventude desvalida (1939)*. Rio de Janeiro: Cortez.
- Scheffer, G. (2021). *Serviço Social na cadência da memória das pioneiras cariocas*. Rio de Janeiro - RJ: EDUERJ, (1), p.145.
- Serra, R. (2007). Serviço Social e Democracia. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. *Revista Em pauta*.
- Silva, N R M. (2018). *Sociologia brasileira*. São Paulo: Editora e Distribuidora educacional S.A.
- Silva, B.M. R., Stampa, I. (2019). Serviço Social e Ditadura Militar no Brasil (1964-1985). In: *Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes*.
- Wanderley, M B. (1993). *Metamorfoses do desenvolvimento de comunidade*. Cortez Editora.